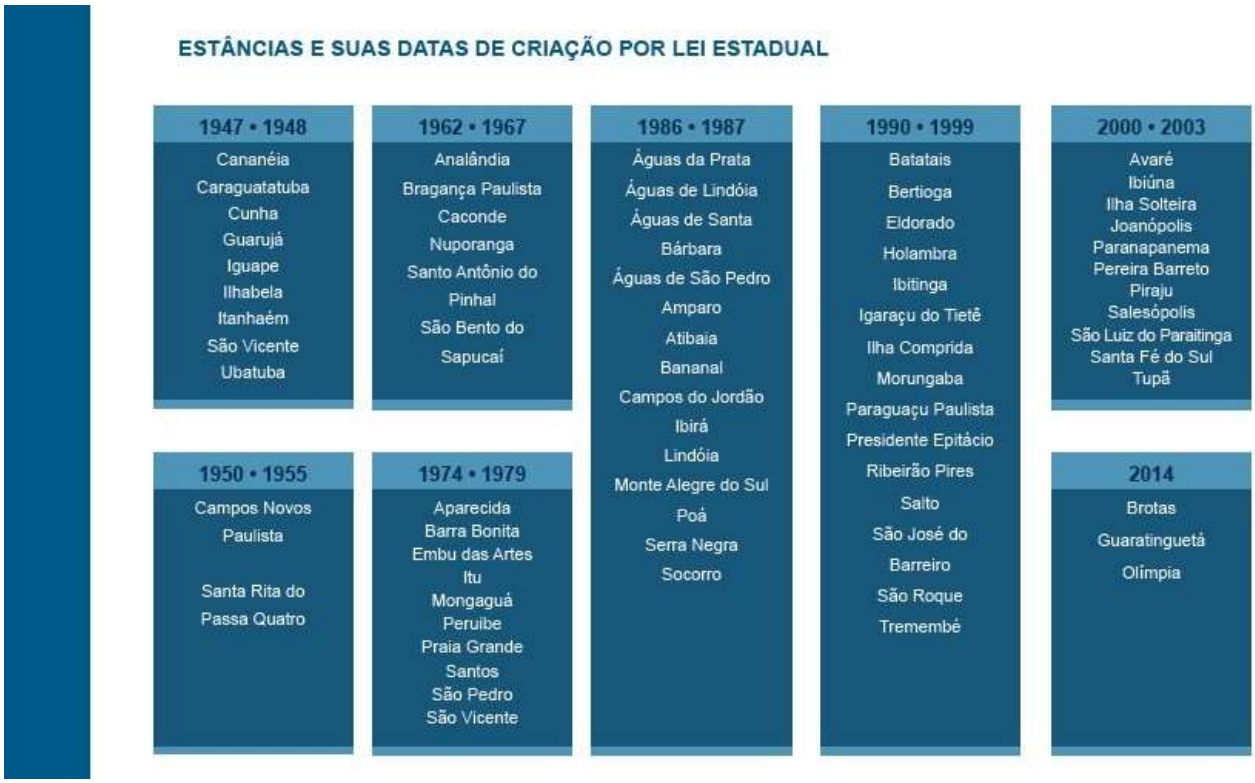
RELATÓRIO TÉCNICO
RANQUEAMENTO

Introdução

O Estado de São Paulo é pioneiro em uma política pública permanente de transferência de recursos para o turismo surgida na década de 1940, quando passaram a ser criadas as Estâncias Climáticas, Balneárias, Hidrominerais e Turísticas que tem acesso a recursos através de um fundo atualmente chamado de Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, garantido constitucionalmente.



Atualmente o Estado conta com 70 estâncias, todas consideradas Estâncias Turísticas, conforme previsto na Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, que também introduziu a categoria de Município de Interesse Turístico conhecidos como MIT. Estes municípios para obterem o novo título devem atender o artigo 5º da referida Lei Complementar que define o projeto de lei que objetive a classificação de município como Estância Turística ou como de Interesse Turístico deverá ser apresentado por um Deputado.

Esse processo necessita estar instruído com toda a documentação identificada na Lei Complementar 1.261/2015 que, após trâmite interno, a Assembleia Legislativa do Estado encaminha o processo ao órgão responsável pelo turismo estadual, no caso a Secretaria de Turismo.

Grupo Técnico de Análise

Os primeiros Projetos de Lei – PL's, chegaram na Secretaria de Turismo em 8 de março de 2016 dos municípios de Espírito Santo do Pinhal, Santa Branca e Tatuí. A Resolução ST 10 de 19 de abril de 2016 criou o Grupo Técnico de Análise dos Municípios de Interesse Turístico GTMIT (atual GAMT - Grupo Técnico de Análise dos Municípios Turísticos) e designou sua composição.

Uma das primeiras tarefas do grupo técnico foi definir uma metodologia de análise desses processos e de orientação aos municípios. Dessa forma foram elaborados materiais como a Cartilha de Orientação para Município de Interesse Turístico, Guia de Conselhos Municipais, modelos de questionário de pesquisa de demanda e de inventário turístico além da Resolução ST 14, de 21 de junho de 2016, que estabelece parâmetros para elaboração do Plano Diretor de Turismo dos municípios. Todo esse material está disponível no Site da Secretaria de Turismo http://www.turismo.sp.gov.br.

Desde este início até a presente data foram analisados 325 Projetos de Lei de municípios sendo que muitos foram analisados mais de uma vez pelo GAMT quando retornavam com novos materiais e informações (anexo I). Os processos eram analisados por ordem de chegada na Secretaria de Turismo e em agosto de 2018 foi emitido o 140º parecer favorável a titulação de MIT. Desde então o grupo técnico paralisou as análises dos demais projetos de lei tendo em vista a Lei Complementar 1.261/2015 definir no artigo 5º § 2º que "... 140 (cento e quarenta) Municípios de Interesse Turístico, que serão habilitados a receber recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos...".

Este mesmo artigo define que "Caberá à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo manifestar-se sobre cada projeto e, para efeito do disposto no artigo 6º desta lei complementar, elaborar o ranqueamento das Estâncias e dos Municípios de Interesse Turístico...".

Desse modo a Secretaria de Turismo, concomitante às análises dos pleitos, iniciou os preparativos para atender essa demanda.

Inventário Turístico – Plataforma Digital

Para a elaboração desse ranqueamento foi idealizada uma plataforma digital do Inventário Turístico do Estado de São Paulo acessível a todos os 645 municípios paulistas que atenderia diversas necessidades da Secretaria de Turismo no tocante às informações do setor no Estado, dentre elas a proposta de ranqueamento definida pela Lei Complementar nº 1.261/2015.

A citada Lei Complementar define que "o Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, a cada 3 (três) anos, projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos, observados o ranqueamento das Estâncias Turísticas e dos Municípios de Interesse Turístico". Dessa forma foi determinada a necessidade de realização deste ranqueamento o mais breve possível, autorizando o andamento da proposta de implantação de uma plataforma digital do inventário turístico definida pela equipe técnica da pasta. Esta plataforma evitaria o envio de grande quantidade de material impresso pelos municípios para a Secretaria de Turismo, otimizando custos e tempo da análise pela equipe técnica.

Em agosto de 2019 foram contactados os 645 prefeitos dos municípios paulistas para que indicassem os representantes técnicos que iriam inserir os dados na plataforma. Deste montante, 471 municípios nomearam os representantes (73,02% dos municípios) entre eles todos os municípios turísticos (Estâncias e de Interesse Turístico MIT's).

Em outubro de 2019 os representantes indicados iniciaram o acesso e conferência dos dados e em novembro do mesmo ano foi liberado o acesso para a inserção de dados. Em atendimento a Lei Complementar nº 1.261/2015 definiu-se o prazo de 30 de abril de 2020 como data final aos municípios inserirem os dados para efeito do ranqueamento.

Em início de abril de 2020, tendo em vista os Decretos nº 64.862, de 13 de março de 2020; nº 64.879, de 20 de março de 2020, nº 64.881, de 22 de março de 2020, relacionados à pandemia da COVID-19, encaminhamos oficio informando a prorrogação da data limite para inserção dos dados na plataforma de 30 de abril para 29 de maio e a inserção de novos campos na plataforma, em especial relacionados às informações sobre o Plano Diretor de Turismo, Pesquisa da Demanda e Conselho Municipal de Turismo COMTUR além da possibilidade de inserção de fotos dos atrativos e serviços turísticos como meios de hospedagem e serviços de alimentação.

Em 13 de maio encaminhamos ofício comunicando a prorrogação da inserção dos dados de 29 de maio para 15 de agosto. Com a proximidade da data de 15 de agosto houve um aumento significativo dos acessos na plataforma, gerando alguma instabilidade e prontamente foi realizada a substituição dos equipamentos para atender este volume. Também neste período tivemos um aumento considerável de solicitações de informações tanto conceituais dos formulários quanto das funcionalidades. A fim de orientar os municípios e atendendo as entidades, realizamos em 11 de agosto uma capacitação explicando o preenchimento item a item da plataforma e disponibilizamos um número específico de *Whatsapp*, além dos canais disponibilizados desde o início do processo para questões da plataforma como forma de agilizar o atendimento das demandas. Do mesmo modo, para não prejudicar municípios que até esta capacitação não haviam percebido os campos inseridos em abril, o prazo foi prorrogado para 30 de agosto.

Em 26 de agosto realizamos uma reunião entre representantes da AMITESP e APRECESP e equipe da plataforma, para tratarmos de possíveis dificuldades dos municípios no que tange a estes novos campos inseridos em abril. Definimos pela realização de uma capacitação específica das funcionalidades - realizada em 31 de agosto - e a prorrogação do prazo para 4 de setembro**,** a fim de não prejudicar os municípios. Em que pese as alegações de instabilidade, vários municípios finalizaram a inserção de dados e, após as capacitações, as consultas em sua quase totalidade referiam-se aos itens de onde devem ser inseridas as informações. De todo modo a fim de atender demanda das entidades representativas e da Assembleia Legislativa, a plataforma foi reaberta no período do dia 18 de setembro até 4 de outubro para a inserção dos dados pelos municípios.

Proposta de Ranqueamento

Para a equipe técnica o sistema de ranqueamento deveria seguir algumas premissas importantes:

- Ser uma metodologia comum aos 645 municípios quanto ao levantamento de dados de serviços e equipamentos;

- Atender todas as faixas populacionais quanto ao turismo;
- Atender todas as vocações das regiões do Estado;
- Ter uma visão Paulista e não apenas Paulistana;

Para o projeto revisional a ser apresentado a cada três anos, o Artigo 6º define " - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, a cada 3 (três) anos, projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos, observados o ranqueamento das Estâncias Turísticas e dos Municípios de Interesse Turístico de que trata o § 2º do artigo 5º desta lei complementar e outras melhorias implementadas pelo município, como a Lei Municipal das Micro e Pequenas Empresas, cursos de capacitação profissional na área de turismo receptivo e condições de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida."

E no § 2º - "Poderão ser classificados como Estância Turística os Municípios de Interesse Turístico melhor ranqueados que obtiverem pontuação superior à das Estâncias Turísticas de que trata o §1º deste artigo, com base nos critérios abaixo relacionados:

- 1 - Fluxo turístico permanente;
- 2 - Atrativos turísticos;
- 3 - Equipamentos e serviços turísticos".

Definição, agrupamentos dos Critérios e Pontuação

Tendo em vista serem estes os critérios definidos na Lei 1.261/2015 agregados às necessidades obrigatórias definidas para os MIT e Estâncias, nossa proposta de ranqueamento baseia-se nas 4 dimensões definidas abaixo:

- Dimensão de fluxo turístico;
- Dimensão de atrativos turísticos;
- Dimensão de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos.

Além destas referidas na Lei também foi indicada a dimensão abaixo:

- Dimensão de ações de turismo (normativo-institucional), sustentabilidade, acessibilidade e legislação.

Busca-se, dessa forma, definir critérios comuns aplicados a todos os municípios paulistas de maneira igualitária, validados pelo GAMT – Grupo Técnico de Análise dos Municípios Turísticos, além daqueles inseridos pelos municípios na plataforma digital do Inventário Turístico.

01 - Dimensão de fluxo turístico

As variáveis de fluxo turístico são as mais difíceis de contabilizar tendo em vista não possuirmos dados pontuais do turismo com metodologia comum. Possuímos apenas dados de fluxos de possíveis turistas, como os movimentos em estradas e aeroportos, mas que não indicam os destinos específicos das pessoas inviabilizando a definição necessária a esta ação.

Os poucos dados existentes sobre o fluxo turístico, principalmente o doméstico, impedem a definição de uma pontuação mais relevante como seria o desejável.

Pesquisa de Turismo Internacional
Fonte: Ministério do Turismo

Fluxo Internacional	Pontos
1 até 19.999	3
20.000 a 49.999	4
50.000 ou mais	5

Pesquisa de Turismo Doméstico
Fonte: Ministério do Turismo

Fluxo Doméstico	Pontos
1 até 10.000	1
10.000 a 19.999	2
20.000 a 49.999	3
50.000 a 99.999	4
100.000 ou mais	5

Índice de fluxo dos eventos (2019 e 2018) pela população
Fonte: Inventário Municipal

Eventos Fluxo	Pontos
Média Eventos/ população	
abaixo de 1 (menos fluxo que a população)	1
entre 1,01 e 10	2
acima de 10,01	3

Dados a serem inseridos no futuro

- Informações de Redes Sociais
- Realização de pesquisa do turismo doméstico específico do Estado
- Informações de fluxos de veículos de passeio, fretamentos e ônibus de linhas regulares nos destinos turísticos
- Fluxo em Eventos Turísticos fornecido pela Polícia Militar

02 - Dimensão de atrativos turísticos

O artigo 2º da Lei Complementar 1.261/2015 define que os municípios turísticos devem "possuir expressivos atrativos turísticos de uso público e caráter permanente, naturais, culturais ou artificiais, que identifiquem a sua vocação voltada para algum ou alguns dos segmentos abaixo relacionados".

Esta dimensão é a mais importante em relação ao turismo, pois define a motivação do deslocamento, ou seja, o que gera o fenômeno da atividade turística e toda cadeia econômica (direta e indireta) da atividade. Alguns segmentos definidos pela Lei Complementar 1.261/2015 não apresentaram indicadores neste primeiro ranqueamento.

Turismo Social;

Circuito Quilombola

Fonte: ITESP / Secretaria da Justiça

Circuito Quilombola	Pontos
1 ou mais locais	1

Ecoturismo;

Atrativos Naturais
Fonte: Inventário Municipal

Quantidade Locais	Pontos
Atrativos Naturais	
1 a 3 locais	1
4 até 6 locais	2
7 ou mais	3

Monumentos Geológicos
Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente / Instituto Geológico

Monumento Geológico	Pontos
Possui Monumento Geológico	1

Parques Naturais e Unidades de Conservação com visitação
Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Unidades de Conservação UC's	Pontos
1 Parque/ UC	1
2 ou mais Parques/ UC's	2

Turismo Cultural;

Atrativos Culturais

Bens Tombados pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
Fonte: Secretaria da Cultura e Economia Criativa / CONDEPHAAT

CONDEPHAAT	Pontos
Possui bem	1
Centro histórico tombado	1

Bens tombados pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
Fonte: IPHAN

IPHAN	Pontos
Possui bem tombado	1

Museus - Quantidade
Fonte: Secretaria da Cultura e Economia Criativa

Museus	Pontos
1 Museu	1
2 a 5 Museus	2
6 ou mais museus	3

Atrativos Culturais
Fonte: Inventário Municipal

Atrativos Culturais	Pontos
1 atrativo	1
2 ou mais atrativos	2

Artesanato
Fonte: Inventário Municipal

Artesanato	Pontos

Possui artesanato	1
Loja artesanato	2

Turismo Religioso;

Locais de Cunho Religioso
Fonte: Inventário Municipal

Quantidade de Locais	Pontos
Turismo Religioso	
1 local	1
2 até 5 locais	2
6 ou mais locais	3

Turismo Náutico;

Quantidade de locais (marinas, píer, atracadouro)
Fonte: Inventário Municipal

Quantidade Locais	Pontos
Pesca e Náutico	
1 local	2
2 até 5 locais	3
6 ou mais locais	4

Turismo de Aventura;

Quantidade de empresas de Turismo de Aventura que operam no município
Fonte: Inventário Municipal

Empresas de Eco e Turismo Aventura	Pontos
1 empresa	2
2 a 5 empresas	3
6 ou mais empresas	4

Turismo de Sol e Praia;

Praias Marítimas
Fonte: Inventário Municipal

Praias	Pontos
praia marítima	5

Quantidade de Praias (lacustres/ fluviais)
Fonte: Inventário Municipal

Praias	Pontos
1 praia	1
2 ou mais praias	2

Turismo de Negócios e Eventos;

Quantidade de Eventos
Fonte: Inventário Municipal

Quantidade de Eventos	Pontos
1 a 10 eventos	1
11 ou mais eventos	2

Turismo Industrial
Fonte: Inventário Municipal

Turismo Industrial	Pontos
1 a 2 indústrias p/ visitação	1
3 a 10 indústrias p/ visitação	2
11 ou mais indústrias p/ visitação	3

Turismo Rural;

Quantidade de propriedades com Turismo Rural
Fonte: Inventário Municipal

Quantidade de locais com Turismo Rural	Pontos
1 local	1
2 até 5 locais	2
6 até 10 locais	3
10 até 20 locais	4
21 ou mais locais	5

Outros

Parques Temáticos
Fonte: Inventário Municipal

Quantidade de Locais	Pontos
Parques Temáticos	

1 local	1
2 até 5 locais	2
6 ou mais locais	3

Turismo LGBT+ Locais Gay Friendly
Fonte: Inventário Municipal

Local Gay Friendly	Pontos
Possui local	1

Dados a serem inseridos no futuro

- Dados fornecidos pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente referentes ao tema
- RPPN – Reserva Particular Patrimônio Natural - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Museus – Qualificação – dado a ser fornecido pela Secretaria da Cultura e Economia Criativa
- Outros dados fornecidos pela Secretaria da Cultura e Economia Criativa referentes ao tema
- Ateliê / artistas
- Locais com fluxo específico (turismo religioso)
- Locais para a prática de atividades de aventura e outras atividades.
- Balneabilidade das praias marítimas – dado a ser fornecido pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente / CETESB
- Balneários em funcionamento
- Bem tombados CONDEPHAAT p uso turismo
- Loja de equipamentos de pesca
- Pesca embarcada
- Ponto de pesca (beirada de rio)

03 - Dimensão de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos

A Lei Complementar 1.261/2015 define no artigo 6º que um dos critérios para o ranqueamento são os equipamentos e serviços turísticos existentes.

Esta dimensão é de grande importância, pois define os equipamentos e serviços que atendem ao público turístico. Todavia, a busca de indicadores esbarra em questões ligadas à informalidade e à possibilidade de concentração de equipamentos em municípios de grande porte, em especial de hospedagem, que servem de base à visitação em municípios do entorno que possuem os atrativos, gerando um viés que pode prejudicar aos municípios menores e mais carentes de recursos para a estruturação do destino.

Quantidade de Meios de Hospedagem
Fonte: Inventário Municipal

Estabelecimentos Hoteleiros	Pontos
1 a 2 empreendimentos	1
3 a 9 empreendimentos	2
10 ou mais empreendimentos	3

Quantidade de Meios de Hospedagem com CADASTUR
Fonte: Ministério do Turismo / CADASTUR

Estabelecimentos Hoteleiros CADASTUR	Pontos
1 empreendimento	1
2 a 5 empreendimentos	2
6 a 10 empreendimentos	3
11 a 19 empreendimentos	4
20 ou mais empreendimentos	5

Empregados em A&B
Fonte: Caged/ Ministério do Trabalho

Empregados em A&B	Pontos
1 até 49 empregados	0,25
50 a 99 empregados	0,5
100 a 299 empregados	1
300 a 999 empregados	1,5
1000 ou mais empregados	2

Empregados em Meios de Hospedagem
Fonte: Caged/ Ministério do Trabalho

Empregados em Meios de Hospedagem	Pontos
1 até 19 empregados	0,75
20 a 49 empregados	1,5
50 a 99 empregados	2
100 a 199 empregados	2,5
200 ou mais empregados	3

Quantidade de Ranchos/ Casas de Campo para locação eventual
Fonte: Inventário Municipal

Ranchos	Pontos
até 49 ranchos	1
51 a 99 ranchos	2
100 ou mais ranchos	3

Quantidade de Restaurantes/Serviços de Alimentação
Fonte: Inventário Municipal

Quantidade de restaurantes	Pontos
1 até 5 locais	0,5
6 até 10 locais	1
11 a 20 locais	1,5
21 até 50 locais	2
51 ou mais locais	2,5

Capacidade de Restaurantes/Serviços de Alimentação
Fonte: Inventário Municipal

Restaurantes	
Capacidade	Pontos
até 50 pessoas	0,5
51 até 100 pessoas	1
101 a 200 pessoas	1,5
201 até 500 pessoas	2
501 ou mais pessoas	2,5

Informação Turística (posto de informações, site, guias/monitores)
Fonte: Inventário Municipal

PIT	Pontos
Possui PIT	1
Atendimento 7 dias da semana	2
site com informações dos Atrativos	0,5
site com informações dos Meios Hospedagem	0,5
site com informações dos Restaurantes	0,5
site com informações do Receptivo/Passeios	0,5

Agência de Receptivo Turístico
Fonte: Inventário Municipal

Agência de Receptivo	Pontos
1 a 10 agências	1
11 a 20 agências	2
21 ou mais agências	3

Guia de Turismo
Fonte: Ministério do Turismo/CADASTUR

Guia de Turismo	Pontos
1 a 5 guias	1
6 a 10 guias	2
11 ou mais guias	3

Roteiro Turístico Formatado por agência receptiva
Fonte: Inventário Municipal

Roteiro Turístico Formatado	Pontos
1 Produto	1
2 ou mais produtos	2

Dados a serem inseridos no futuro

- Relação entre a capacidade /população (hotelaria e alimentação);
- Formalização dos Meios de Hospedagem e Alimentação
- Formalização dos Ranchos/Casas de Campo
- Localização do Posto de Informações

04 - Dimensão de turismo, sustentabilidade, acessibilidade e legislação

O referido artigo 6º da Lei Complementar 1.261/2015 indica a possibilidade do ranqueamento inserir outras melhorias pertinentes existentes nos municípios turísticos.

Nesta dimensão variáveis ligadas às áreas de turismo (normativo – institucional), sustentabilidade, acessibilidade e legislação que impactam, direta e indiretamente, no desenvolvimento da atividade turística.

Turismo

Faz parte de Circuito / Região Turística reconhecido pela SETUR
Fonte: Coordenadoria de Turismo – Secretaria de Turismo SP

Faz parte de Circuito/Região Turística reconhecido pela SETUR	Pontos
Faz parte de circuito/ região turística	1

Turismólogo/ Técnico em Turismo na equipe municipal
Fonte: Inventário Municipal

Turismólogo/ Técnico em Turismo na equipe municipal	Pontos
Sim	1

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo
Fonte: Inventário Municipal

COMTUR	Pontos
Lei COMTUR com composição definida na Lei 1261/15	2
Atas com Registro Cartório	2
Lista de presença	1
Lei com um 2/3 da sociedade civil	5

Pesquisa da Demanda
Fonte: Inventário Municipal

Pesquisa Demanda	Pontos
Turismólogo	1
100 ou mais formulários aplicados	1
Estudo em 2019	1
Estudo em 2018	1
Estudo em 2017	1

Plano Diretor de Turismo
Fonte: Inventário Municipal

Plano Diretor de Turismo	Pontos
PDT inserido	1

Sustentabilidade

Município Verde / Azul
Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente / Instituto Geológico

Selo Verde Azul	Pontos
Selo	1

População
Fonte: SEADE

População / Nº Habitantes	Pontos
até 10.999 habitantes	5
11.000 até 29.999 habitantes	4
30.000 até 60.999 habitantes	2
61.000 até 199.999 habitantes	1
200.000 ou mais habitantes	0

Dados a serem inseridos no futuro

- Turismólogo concursado
- Inserido no Mapa do Turismo Brasileiro - Fonte Ministério do Turismo
- Curso de capacitação aprovado pela COTUR
- Disciplina eletiva de turismo na grade curricular
- Acessibilidade que atende a Lei 10 098/2000 e a NBR 9050
- Estabelecimentos com selo de acessibilidade
- Turismólogo responsável no Plano Diretor
- Ter um Coordenador, Diretor, Secretário específico para a pasta do Turismo

Ranqueamento

O ranqueamento dos Municípios Turísticos (Estâncias e de Interesse Turístico MIT) não é apenas um ranqueamento direto ligado à pontuação. Para atender a Lei Complementar 1.261/2015 fez-se necessário dividí-lo em fases:

1ª fase do Ranqueamento

Com a somatória dos critérios apresentados anteriormente, elaborar-se-á a 1ª fase do ranqueamento apenas com as 70 estâncias turísticas para atender o artigo 6º no § 1º, que define que "Até 3 (três) Estâncias Turísticas que obtiverem menor pontuação no ranqueamento trianual poderão passar a ser classificadas como Municípios de Interesse Turístico"

2ª fase do Ranqueamento

As três estâncias turísticas com menor pontuação participarão da 2ª fase do ranqueamento juntamente com os municípios que possuem o título de MIT – atualmente apenas 140, tendo em vista a não titulação de outros municípios com pareceres aprovados pelo grupo técnico. Desse modo, atende-se ao artigo 6º no § 2º que define que "Poderão ser classificados como Estância Turística os Municípios de Interesse Turístico melhor ranqueados que obtiverem pontuação superior à das Estâncias Turísticas...".

Impeditivos de reclassificação dos Municípios Turísticos

O artigo 3º da Lei Complementar 1.261/2015 especifica que "Somente poderão ser classificados como Estâncias Turísticas os municípios com até 200.000 (duzentos mil) habitantes", o que impossibilita alguns municípios de tornarem-se estância turística.

Reclassificação dos Municípios Turísticos

Considerando que não houve nova titulação de municípios como de Interesse Turístico – MIT, apenas haverá mobilidade e, portanto, diferenciação no acesso às verbas definidas

pela lei específica entre as 3 (três) estâncias de menor pontuação e os 3 (três) Municípios de Interesse Turístico melhor pontuados, e que atendam aos critérios definidos pela Lei 1.261/2015.

Recomendações

O GAMT realizou o melhor possível dentre as condições de tempo e das limitações impostas pela plataforma.

Reestruturação da plataforma pelo GAMT consultando outras entidades e empresários do setor, quando necessário.

Critérios para definição de produtos turísticos atrativos.

Pontuação dos produtos turísticos atrativos considerando fluxo permanente de visitantes.

No caso de eventos utilizar documentação emitida pela Polícia Militar referente ao público.

Exigência do CADASTUR para as categorias obrigatórias por Lei.

Atenciosamente

Jarbas Favoretto

Márcia Azeredo

Vanilson Fickert

Virgílio N. S. Carvalho

Waldirene Ricanello

Grupo de Análise dos Municípios Turísticos – GAMT

Anexo I

Projetos de Lei analisados pelo grupo técnico

Ordem chegada	Município	PL	Data Entrada SETUR	Análise GAMT	Parecer	Parecer final GAMT	Lei
186	Adamantina	399/2017	28/02/2018	05/07/2018	26/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
77	Adolfo	387/2017	17/07/2017	19/10/2017	24/10/2017	devolvido	-
	Adolfo	387/2017	24/04/2018	28/06/2018	05/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
78	Adolfo	705/2015	17/07/2017	19/10/2017	24/10/2017	devolvido	-
83	Adolfo	432/2017	15/08/2017	19/10/2017	24/10/2017	devolvido	-
321	Aguaí	1251/2019	04/03/2020	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	devolvido	-
33	Agudos	400/2016	10/12/2016	09/02/17	21/03/2017	aprovado	Lei 16.430/2017
42	Altinópolis	801/2016	29/12/2016	21/09/2017	28/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
130	Alto Alegre	906/2017	08/11/2017	15/02/2018	22/02/2018	reprovado	-
213	Americana	461/2016	16/04/2018 04/01/2019*	04/02/20	28/04/20 virtual	reprovado	-
200	Américo Brasiliense	413/2017	20/03/2018	26/07/2018	02/08/2018	reprovado	-
184	Anhembi	1127/2017	28/02/2018	05/07/2018	12/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
214	Aparecida D'oeste	1170/2017	16/04/2018	04/02/2020	13/02/2020	reprovado	-
61	Apiaí	942/2016	19/05/2017	05/10/17	01/11/2017	aprovado	Lei 16720/2018
237	Araçariguama	120/2018	04/05/2018	27/02/2020	05/03/2020	reprovado	-
162	Araçatuba	876/2017	12/12/2017	24/05/18	14/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
163	Araçoiaba da Serra	838/2017	12/12/2017	24/05/18	28/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019

283	Arapeí	297/2018	17/08/2018	25/03/20 virtual	22/07/20 virtual	aprovado	
43	Araraquara	713/2016	29/12/2016	21/09/2017	28/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
35	Araras	075/2016	16/12/2016	15/02/17	15/09/17 aprovado	aprovado	Lei 16.566/2017
261	Arco Iris	224/2018	22/06/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	devolvido	-
316	Arco Iris	859/2019	06/11/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
215	Arealva	1018/2017	16/04/2018	04/02/20	05/03/2020	aprovado	
68	Areias	150/2017	27/06/2017	11/10/17	24/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
267	Assis	274/2018 402/2019	12/07/2018 06/11/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	devolvido	-
284	Bady Bassit	351/2017	17/08/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
207	Barão de Antonina	1183/2017	28/03/2018	02/08/18	09/08/2018	devolvido	-
	Barão de Antonina	1183/2017 573/2019	13/09/2018 17/09/2019	23/01/20	13/02/2020	aprovado	
79	Barbosa	748/2015	17/07/2017	01/11/17	01/11/2017	devolvido	-
	Barbosa	748/2015	07/12/2017	13/12/2017	13/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
115	Barra do Turvo	112/2017	24/10/2017	11/01/18	18/01/2018	devolvido	-
	Barra do Turvo	112/2017	23/05/2018	14/06/2018	21/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
28	Barretos	757/2015	05/12/2016	09/02/17	21 mar aprovado	aprovado	Lei 16.430/2017
32	Barretos	746/2015	09/12/2016	09/02/17	21 mar aprovado	aprovado	Lei 16.430/2017
216	Bastos	18/2018	16/04/2018	04/02/20	05/03/2020	aprovado	
309	Bastos	218/2019	17/09/2019	06/03/20	aprovado outro PL	devolvido	-
217	Bauru	6/2018	16/04/2018 e 21/02/2019	04/02/20	05/03/2020	aprovado	
91	Bebedouro	751/2015	30/08/2017	30/11/17	07/12/2017	devolvido	-

	Bebedouro	751/2015	28/02/2018	26/04/2018	03/05/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
182	Bernardino de Campos	928/2017	23/02/2018	28/06/2018	05/07/2018	reprovado	-
319	Bernardino de campos	574/2019	20/12/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
277	Birigui	196/2016	02/08/2018	25/04/20 virtual	22/07/20 virtual	devolvido	-
84	Bocaina	316/2017	15/08/2017	09/11/17	10/11/2017	devolvido	-
	Bocaina	316/2017	21/12/2017	08/02/2018	10/02/2018	devolvido	-
	Bocaina	316/2017	20/03/2018	20/04/2018	25/04/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
92	Bofete	450/2017	30/08/2017	30/11/17	07/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
85	Boituva	29/2017	15/08/2017	09/11/17	12/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
230	Boracéia	87/2018	19/04/2018	27/02/2020	05/03/2020	reprovado	-
218	Borborema	3/2018	16/04/2018 + 13/09/2018	13/02/20	28/04/20 virtual	reprovado	-
208	Botucatu	57/2018	28/03/2018	02/08/2018	09/08/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
185	Brejo Alegre	1007/2017	28/02/2018	05/07/18	12/07/2018	reprovado	-
6	Brodowski	723/2015	13/04/2016	07/07/16	7 jul - aprovado	aprovado	Lei 16.429/2017
7	Buritama	1543/2015	29/04/2016	07/07/16	22 set - aprovado	aprovado	Lei 16.429/2017
26	Buritizal	572/2016	03/12/2016	02/02/17	21 mar devolvido	reprovado	-
64	Cabreúva	947/2016	26/05/2017	05/10/17	24/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
268	Caçapava	978/2017	12/07/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	devolvido	-
47	Cachoeira Paulista	689/2015	14/03/2017	28/09/2017	05/10/2017	reprovado	-
	Cachoeira Paulista	689/2015	07/12/2017	12/12/2017	12/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
236	Caieiras	105/2018	25/04/2018	05/03/20	28/04/20 virtual	aprovado	

219	Cajati	48/2017	16/04/2018	18/02/2020	27/02/2020	reprovado	-
38	Campina do Monte Alegre	667/2016	22/12/2016	21/09/17	22/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
255	Candido Mota	283/18 406/19	15/06/2018 12/06/2019	05/03/20	05/03/2020	devolvido	-
298	Canitar	638/2018 409/2019	04/01/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
269	Capela do Alto	266/2018	12/07/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
181	Carapicuíba	401/2017	20/02/2018	28/06/18	12/07/2018	devolvido	-
34	Cardoso	750/2015	11/12/2016	09/02/17	15/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
238	Cássia dos Coqueiros	102/2018	04/05/2018	12/03/20	28/04/20 virtual	aprovado	
312	Cássia dos Coqueiros	667/2019	06/11/2019	12/03/20	28/04/20 virtual	aprovado	
29	Castilho	923/2015	06/12/2016	02/02/17	21/03/2017	reprovado	-
	Castilho	923/2015	04/05/2018	27/02/20	05/03/2020	devolvido	-
270	Castilho	849/2017	12/07/2018	27/02/2020	05/03/2020	devolvido	-
		849/2017 100/2019	24/11/2020	11/12/20	14/12/2020	reprovado	-
290	Castilho	361/2018	13/09/2018	27/02/2020	05/03/2020	devolvido	-
310	Catanduva	671/2019	17/09/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
278	Cedral	243/2018	02/08/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
86	Cesário Lange	865/2015	15/08/2017	09/11/17	15/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
291	Chavantes	314/18 407/19	13/09/2018 12/06/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
315	Chavantes	217/2019	06/11/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
180	Colina	620/2017	20/02/2018	21/06/18	28/06/2018	devolvido	-

	Colina	620/2017	10/05/2019	29/01/20	18/02/2020	aprovado	
196	Conchal	56/2018	19/03/2018	19/07/18	26/07/2018	devolvido	-
	Conchal	56/2018 557/2019	12/03/2020	05/03/20	10/03/2020	aprovado	
220	Cordeirópolis	820/2017	16/04/2018	13/02/2020	18/02/2020	reprovado	-
248	Corumbataí	209/2018	18/05/2018	12/03/20	28/04/20 virtual	aprovado	
306	Cosmópolis	401/2019	17/06/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
178	Cosmorama	562/2017	04/01/2018	14/06/18	21/06/2018	devolvido	-
299	Cotia	1245/2015	04/01/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	devolvido	-
170	Cravinhos	611/2017	20/12/2017	24/05/2018	07/06/2018	reprovado	-
	Cravinhos	611/2017	30/11/2018	05/03/20	28/04/20 virtual	aprovado	
75	Cruzeiro	690/2015	07/07/2017	19/10/17	24/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
62	Cubatão	747/2015	19/05/2017	05/10/17	11/10/2017	reprovado	-
	Cubatão	747/2015	24/11/2017	28/02/2018	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
262	Descalvado	315/2018	22/06/2018	27/02/20	27/02/2020	devolvido	-
197	Divinolândia	41/2018	19/03/2018	19/07/2018	26/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
116	Dois Córregos	279/2017	24/10/2017	11/01/18	18/01/2018	devolvido	-
	Dois Córregos	279/2017	15/05/2018	14/06/2018	21/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
97	Dolcinópolis	406/2017	12/09/2017	07/12/17	12/12/2017	reprovado	-
256	Dourado	268/2018	15/06/2018	27/02/20	27/02/2020	devolvido	-
21	Dumont	559/2016	07/11/2016	19/01/17	21/03/2017	reprovado	-
304	Dumont	545/2018	18/03/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-

192	Echaporã	1126/2017	13/03/2018	12/07/18	19/07/2018	devolvido	-
231	Elias Fausto	423/2018	23/04/2018	27/02/20	27/02/2020	devolvido	-
209	Embu-Guaçu	355/2017	28/03/2018	02/08/2018	09/08/2018	reprovado	-
243	Engenheiro Coelho	193/2018	15/05/2018	10/03/2020	12/03/2020	reprovado	-
1	Espírito Santo do Pinhal	755/2015	08/03/2016	07/07/16	07/07/2016	aprovado	Lei 16.429/2017
98	Estiva Gerbi	374/2017	12/09/2017	07/12/17	13/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
150	Estrela d'Oeste	667/2017	07/12/2017	05/04/2018	20/04/2018	reprovado	-
301	Euclides da Cunha Paulista	241/2018 470/2019	21/02/2019 12/06/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
249	Fartura	184/2018 411/19	23/05/2018 12/06/2019	12/03/2020	28/04/20 virtual	reprovado	-
105	Fernandópolis	398/2017	18/09/2017	12/12/17	13/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
145	Fernandópolis	825/2015	01/12/2017	18/01/18	01/02/2018	aprovado outro PL	-
71	Florínea	913/2015	03/07/2017	19/10/2017	24/10/2017	reprovado	-
	Florínea	913/2015 - 211/2019	20/04/2018 08/08/2019	27/02/20	28/04/20 virtual	reprovado	-
293	Franca	535/2018	26/11/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	devolvido	-
286	Gabriel Monteiro	423/2018	30/08/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	
159	Garça	830/2015	08/12/2017	24/05/18	14/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
249	Gastão Vidigal	1181/2017	05/06/2018	12/03/2020	28/04/20 virtual	reprovado	-
193	Gavião Peixoto	1153/2017	13/03/2018	19/07/2018	26/07/2018	reprovado	-
	Gavião Peixoto*	1153/2017	21/02/2019	05/03/2020	10/03/2020	reprovado	-
169	General Salgado	394/2017	20/12/2017	24/05/2018	07/06/2018	reprovado	-
109	Guaíra	708/2015	25/09/2017	12/12/17	15/02/2018	devolvido	-

109	Guaíra	708/2015	26/03/2018	14/06/2018	21/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
221	Guapiara	1182/2017	16/04/2018	18/02/2020	27/02/2020	reprovado	-
322	Guará	1197/2019	04/03/2020	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
146	Guaraci	685/2015	05/12/2017	22/03/18	05/04/2018	devolvido	-
	Guaraci	685/2015	17/08/2018	23/01/2020	29/01/2020	aprovado	
257	Guarani D'Oeste	282/2018 555/2019	15/06/2018 17/09/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
31	Guararema	1635/2015	08/12/2016	09/02/17	21/03/2017	aprovado	Lei 16.430/2017
274	Guariba	621/2017	18/07/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
14	Guarulhos	488/2016	12/07/2016	28/09/16	25 out - devolvido	devolvido	-
22	Guarulhos	390/2016	29/11/2016	26/07/17	15/09/17 devolvido	devolvido	-
279	Guarulhos	427/2018	02/08/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
10	Iacanga	1339/2015	07/06/2016	21/07/16	21/03/2017	aprovado	Lei 16.430/2017
36	Ibirarema	1057/2015	16/12/2016	15/02/17	03/04/2017	reprovado	-
	Ibirarema	1057/2015	07/12/2017	20/04/18	26/04/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
174	Icém	759/2015	27/12/2017	07/06/2018	14/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
239	Iepê	919/2015	04/05/2018	10/03/2020	12/03/2020	reprovado	-
108	Igarapava	924/2016	25/09/2017	12/12/17	15/02/2018	devolvido	-
	Igarapava	924/2016	20/03/2018	26/04/18	14/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
135	Igaratá	691/2015	24/11/2017	22/02/2018	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
198	Indaiatuba	07/2018	19/03/2018	19/07/2018	26/07/2018	reprovado	-
67	Indiaporã	684/2015	29/05/2017	11/10/17	19/10/2017	reprovado	-

	Indiaporã	684/2015	08/12/2017	03/05/18	17/05/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
194	Ipaussu	1108/2017	13/03/2018	19/07/18	26/07/2018	devolvido	-
	Ipaussu	1108/2017 572/2019	13/09/2018 17/09/2019	29/01/20	27/02/2020	devolvido	-
271	Iperó	785/2017	12/07/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
164	Ipeúna	464/2017	12/12/2017	10/05/18	17/05/2018	devolvido	-
	Ipeúna	464/2017	22/06/2018	09/08/2018	14/08/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
99	Iporanga	81/2016	12/09/2017	07/12/17	12/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
222	Irapuã	95/2018	16/04/2018	18/02/2020	27/02/2020	reprovado	-
204	Itaberá	1032/2017	26/03/2018	02/08/18	09/08/2018	devolvido	-
72	Itaí	310/2016	03/07/2017	24/10/2018	01/11/2017	reprovado	-
	Itaí	310/2016 744/2019	16/04/2018 20/12/2019	18/02/2020	27/02/2020	reprovado	-
201	Itajobi	45/2018	20/03/2018	26/07/2018	02/08/2018	reprovado	-
106	Itáoca	360/2017	18/09/2017	12/12/17	18/01/2018	aprovado	Lei 16720/2018
258	Itapetininga	244/2018	15/06/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	devolvido	-
151	Itapeva	850/2017	07/12/2017	05/04/18	20/04/2018	devolvido	-
	Itapeva	850/2017	16/04/2018	28/06/2018	05/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
144	Itapira	923/2016	01/12/2017	28/02/18	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
87	Itápolis	304/2017	15/08/2017	09/11/17	10/11/2017	aprovado	Lei 16720/2018
210	Itaporanga	1184/2017	28/03/2018	02/08/18	09/08/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
37	Itapuí	785/2016	16/12/2016	15/02/17	22/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
88	Itapura	320/2017	15/08/2017	09/11/17	10/11/2017	devolvido	-

	Itapura	320/2017	12/12/2017	08/02/2018	10/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
107	Itararé	409/2017	25/09/2017	12/12/17	18/01/2018	aprovado	Lei 16720/2018
11	Itariri	1576/2015	07/06/2016	21/07/16	8/dez devolvido	devolvido	-
	Itariri	1576/2015	31/10/2017	01/03/18	14/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
127	Itatiba	868/2015	31/10/2017	01/02/2018	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
324	Itatinga	806/2019	29/09/2020	11/12/20			
211	Itirapina	356/2017	28/03/2018	02/08/18	09/08/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
46	Itupeva	888/2016	08/03/2017	21/09/2017	28/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
113	Ituverava	922/2016	05/10/2017	11/01/18	15/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
177	Jaboticabal	735/2015	04/01/2018	05/07/2018	12/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
136	Jacareí	378/2017	24/11/2017	28/02/2018	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
172	Jaci	427/2017	21/12/2017	07/06/2018	14/06/2018	reprovado	-
93	Jacupiranga	234/2017	30/08/2017	30/11/17	07/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
55	Jaguariúna	941/2016	27/04/2017	28/09/2017	05/10/2017	devolvido	-
80	Jales	687/2015	17/07/2017	24/10/17	01/11/2017	devolvido	-
	Jales	687/2015	05/12/2017	12/12/2017	12/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
320	Jambeiro	687/2019	09/01/2020	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
160	Jarinu	252/2017	08/12/2017	03/05/18	07/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
59	Jaú	289/2016	15/05/2017	05/10/17	19/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
125	José Bonifácio	793/2017	31/10/2017	01/02/2018	08/02/2018	reprovado	-
18	Jundiaí	935/2015 258/2017	26/08/2016	13/10/16	26 out ok	aprovado	Lei 16.429/2017

147	Juquiá	110/2017	05/12/2017	22/03/2018	26/04/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
199	Juquitiba	393/2018	19/03/2018	19/07/2018	26/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
69	Laranjal Paulista	154/2017	27/06/2017	11/10/17	19/10/2017	devolvido	-
	Laranjal Paulista	154/2017	21/12/2017	08/02/2018	10/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
187	Lavrinhas	1118/2017	12/03/2018	12/07/18	19/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
65	Lençois Paulista	266/2016	26/05/2017	11/10/17	19/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
66	Lençois Paulista	831/2015	26/05/2017	11/10/17	19/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
15	Limeira	432/2016	12/07/2016	15/09/16	15/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
73	Lins	902/2016	03/07/2017	19/10/2017	24/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
232	Lorena	1176/2017	23/04/2018	27/02/20	28/04/20 virtual	devolvido	-
323	Lorena	1067/2019	04/03/2020	22/07/20 virtual	22/07/20 virtual	devolvido	-
117	Lourdes	833/2017	24/10/2017	11/01/2018	18/01/2018	reprovado	-
152	Lucélia	924/2015	07/12/2017	24/04/18	24/05/2018	devolvido	-
	Lucélia	924/2015 204/2019	18/07/2018 01/01/2020	23/01/2020	29/01/2020	aprovado	
100	Luís Antônio	465/2017	12/09/2017	07/12/17	12/12/2017	reprovado	-
	Luís Antônio	465/2017	22/03/2018	26/07/2018	02/08/2018	reprovado	-
153	Lutécia	719/2017	07/12/2017	05/04/2018	20/04/2018	reprovado	-
244	Macatuba	166/2018	15/05/2018	10/03/2020	12/03/2020	reprovado	-
307	Macedônia	354/2019	08/08/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
54	Mairiporã	818/2016	19/04/2017	28/09/2017	05/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
154	Maracaí	914/2015	07/12/2017	05/04/18	20/04/2018	devolvido	-

	Maracaí	914/2015 212/19	22/06/2018 12/06/2019	23/01/2020	29/01/2020	aprovado	
212	Marília	1188/2017	28/03/2018	02/08/18	09/08/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
12	Martinópolis	925/2015	07/07/2016	15/09/16	26 out aprovado	aprovado	Lei 16.429/2017
155	Matão	426/2017	07/12/2017	05/04/18	20/04/2018	devolvido	-
	Matão	426/2017	13/09/2018	29/01/2020	06/02/2020	reprovado	-
112	Mendonça	476/2017	05/10/2017	12/12/17	18/01/2018	aprovado	Lei 16720/2018
101	Mesópolis	563/2017	12/09/2017	07/12/20	12/12/2017	devolvido	-
	Mesópolis	563/2017	14/12/2017	26/04/18	03/05/2018	devolvido	-
	Mesópolis	563/2017	15/06/2018	23/01/20	10/03/2020	reprovado	-
131	Miguelópolis	1144/2015	08/11/2017	15/02/2018	28/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
141	Mineiros do Tietê	375/2017	24/11/2017	28/02/2018	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
48	Mira Estrela	683/2015	14/03/2017	28/09/2017	05/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
129	Miracatu	348/2017	08/11/2017	15/02/2018	22/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
60	Mogi das Cruzes	66/2017	15/05/2017	05/10/17	24/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
325	Mogi Guaçu	1264/2019	12/10 2020	11/12/20	14/12/2020	devolvido	-
179	Mogi Mirim	1092/2017	20/02/2018	21/06/2018	12/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
102	Monções	303/2017	12/09/2017	07/12/17	12/12/2017	reprovado	-
17	Monte Alto	121/2016	26/08/2016	13/10/16	30/10/2016	aprovado	Lei 16.429/2017
94	Monte Aprazível	286/2017	30/08/2017	30/11/17	07/12/2017	reprovado	-
	Monte Aprazível	286/2017	19/04/2018	27/02/20	05/03/2020	reprovado	-
318	Monte Aprazível	236/2019	06/11/2019	27/02/20	05/03/2020	reprovado	-

287	Monte Castelo	461/2018	30/08/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
137	Monteiro Lobato	804/2017	24/11/2017	28/02/2018	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
23	Narandiba	012/2016	30/11/2016	19/01/17	21/03/2017	reprovado	-
	Narandiba	012/2016	18/07/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
56	Nazaré Paulista	1620/2015	27/04/2017	05/10/17	19/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
205	Nhandeara	08/2018	26/03/2018	02/08/2018	09/08/2018	reprovado	-
175	Nova Europa	1079/2017	04/01/2018	07/06/2018	14/06/2018	reprovado	-
288	Nova Granada	388/2018	30/08/2018	27/02/2020	27/02/2020	devolvido	-
188	Nova Odessa	522/2017	12/03/2018	12/07/2018	19/07/2018	reprovado	-
44	Novo Horizonte	876/2015	29/12/2016	21/09/2017	28/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
156	Orindiúva	597/2017	07/12/2017	20/04/2018	26/04/2018	reprovado	-
	Orindiúva	597/2017	04/01/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
118	Orlândia	135/2017	24/10/2017	11/01/2018	18/01/2018	aprovado	Lei 16720/2018
250	Osvaldo Cruz	229/2018	05/06/2018	12/03/2020	28/04/20 virtual	reprovado	-
8	Ourinhos	45/2016	29/04/2016	25/07/16	19 ago - devolvido	devolvido	-
165	Ourinhos	942/2017	12/12/2017	17/05/18	24/05/2018	devolvido	-
	Ourinhos	942/2017	30/11/2018	29/01/2020	06/02/2020	reprovado	-
81	Ouroeste	436/2017	17/07/2017	24/10/17	01/11/2017	devolvido	-
	Ouroeste	436/2017	12/12/2017	08/02/2018	10/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
223	Palestina	710/2015	16/04/2018	18/02/2020	27/02/2020	reprovado	-
245	Palestina	428/2017	15/05/2018	18/02/2020	27/02/2020	reprovado	-

119	Palmeira d'Oeste	777/2017	24/10/2017	11/01/2018	28/02/2018	devolvido	-
	Palmeira d'Oeste	777/2017	16/04/2018	14/06/2018	21/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
89	Panorama	926/2015	15/08/2017	30/11/17	18/01/2018	aprovado	Lei 16720/2018
114	Paraibuna	765/2017	05/10/2017	13/12/17	13/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
280	Paranapuã	421/2018	02/08/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
95	Pardinho	560/2017	30/08/2017	30/11/17	07/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
240	Pariquera-Açu	347/2017	04/05/2018	05/03/20	10/03/2020	devolvido	-
51	Patrocínio Paulista	899/2016	27/03/2017	28/09/2017	29/11/2017	aprovado	Lei 16720/2018
167	Paulicéia	954/2017	14/12/2017	24/05/18	07/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
103	Paulo de Faria	749/2015	12/09/2017	07/12/17	12/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
189	Pederneiras	1171/2017	12/03/2018	12/07/2018	19/07/2018	reprovado	-
259	Pedra Bela	259/2018	15/06/2018	12/03/20	28/04/20 virtual	aprovado	
161	Pedranópollis	225/2019 - 884/2017	12/06/2019	13/02/2020	18/02/2020	reprovado	-
	Pedranópollis	884/2017	08/12/2017	03/05/18	17/05/2018	devolvido	-
233	Pedregulho	09/2018	23/04/2018	27/02/20	28/04/20 virtual	devolvido	-
16	Pedreira	445/2016	12/07/2016	22/09/16	01/11/2016	aprovado	Lei 16.429/2017
120	Pedrinhas Paulista	537/2017	24/10/2017	11/01/2018	15/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
224	Penápolis	1191/2017	16/04/2018	18/02/20	28/04/20 virtual	reprovado	-
234	Penápolis	604/2017	23/04/2018	18/02/20	28/04/20 virtual	reprovado	-
272	Piacatu	280/2018	12/07/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
13	Piedade	469/2016	12/07/2016	22/09/16	30 out aprovado	aprovado	Lei 16.429/2017

251	Pilar do Sul	107/2018	05/06/2018	12/03/2020	28/04/20 virtual	reprovado	-
263	Pindamonhangaba	288/2017	22/06/2018	12/03/20	28/04/20 virtual	devolvido	-
302	Pindorama	588/2017	21/02/2019	27/02/20	27/02/2020	devolvido	-
171	Pinhalzinho	274/2017	20/12/2017	07/06/2018	14/06/2018	reprovado	-
45	Piracaia	1461/2015	21/02/2017	21/09/2017	28/09/2017	reprovado	-
	Piracaia	1461/2015	13/11/2017	30/11/2017	07/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
132	Piracicaba	235/2017	08/11/2017	22/02/18	28/02/2018	devolvido	-
	Piracicaba	235/2017	18/05/2018	14/06/18	21/06/2018	devolvido	-
157	Pirapora do Bom Jesus	678/2017	07/12/2017	20/04/18	17/05/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
303	Pirapozinho	340/2018	21/02/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
308	Pirassununga	315/2019	08/08/2019	28/04/20 virtual	22/07/20 virtual	aprovado	
138	Piratininga	860/2017	24/11/2017	28/02/18	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
148	Pongaí	900/2017	05/12/2017	22/03/18	05/04/2018	devolvido	-
	Pongaí	900/2017	18/05/2018	14/06/2018	14/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
281	Pontes Gestal	385/2018	02/08/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
149	Populina	715/2015	05/12/2017	22/03/18	05/04/2018	devolvido	-
	Populina	715/2015	12/07/2018	23/01/2020	29/01/2020	reprovado	-
190	Porangaba	1119/2017 590/2019	20/12/2019	23/01/2020	29/01/2020	reprovado	-
166	Porto Ferreira	966/2017	12/12/2017	10/05/18	17/05/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
176	Potim	1071/2017	04/01/2018	14/06/18	21/06/2018	devolvido	-
	Potim	1071/2017	10/08/2018	23/01/2020	29/01/2020	aprovado	

294	Presidente Prudente	930/2015	26/11/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	devolvido	-
		930/2015	16/10/2020	11/12/20			
133	Queluz	828/2017	13/11/2017	15/02/2018	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
49	Rancharia	916/2015	21/03/2017	28/09/2017	05/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
50	Registro	1.206/2015	21/03/2017	28/09/2017	05/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
252	Ribeira	1140/2017	05/06/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
300	Ribeirão Branco	408/2018	04/01/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
110	Ribeirão Grande	759/2017	28/09/2017	12/12/17	13/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
311	Ribeirão Preto	570/2019	17/09/2019	28/04/20 virtual	15/10/2020	reprovado	-
4	Rifaina	1020/2015	23/03/2016	07/07/16	04/08/2016	aprovado	Lei 16.429/2017
225	Rio Grande da Serra	71/2017	16/04/2018	18/02/2020	27/02/2020	reprovado	-
41	Riolândia	807/2016	27/12/2016	21/09/17	28/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
30	Rosana	921/2015	07/12/2016	02/02/17	15/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
5	Rubinéia	686/2015	23/03/2016	07/07/16	24/10/2017	aprovado	Lei 16.429/2017
20	Sabino	470/2016 258/2017	12/09/2016	13/10/16	24/10/2017	aprovado	Lei 16.429/2017
25	Sales	682/2016	02/12/2016	19/01/17	21/03/2017	aprovado	Lei 16.430/2017
241	Sales Oliveira	301/2017	04/05/2018	10/03/2020	12/03/2020	reprovado	-
295	Salmourão	593/2018	30/11/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
313	Salto Grande	214/2019	06/11/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
173	Santa Albertina	706/2015	21/12/2017	07/06/18	28/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
235	Santa Bárbara D'Oeste	745/2015	23/04/2018	05/03/20	12/03/2019	aprovado	

2	Santa Branca	1188/2015	08/03/2016	07/07/16	07/07/2016	devolvido	-
	Santa Branca	1188/2015	27/06/2017	11/10/17	19/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
74	Santa Clara d'Oeste	702/2015	03/07/2017	24/10/2018	01/11/2017	reprovado	-
74	Santa Clara d'Oeste	702/2015	08/12/2017	03/05/18	17/05/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
296	Santa Cruz da Conceição	555/2017	30/11/2018	28/04/20 virtual	22/07/20 virtual	aprovado	
39	Santa Cruz da Esperança	255/2016	22/12/2016	21/09/17	28/09/2017	reprovado	-
	Santa Cruz da Esperança	255/2016	20/02/2018	21/06/18	28/06/2018	reprovado	-
40	Santa Cruz do Rio Pardo	500/2016	22/12/2016	21/09/17	22/09/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
19	Santa Isabel	004/2016 258/2017	01/09/2016	13/10/16	08/12/2016	aprovado	Lei 16.429/2017
282	Santa Maria da Serra	411/2018	02/08/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
158	Santa Rita d' Oeste	835/2017	07/12/2017	20/04/2018	26/04/2018	reprovado	-
305	Santa Rosa do Viterbo	249/2019	14/06/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
253	Santana de Parnaíba	225/2018	05/06/2018	27/02/20	28/04/20 virtual	aprovado	
24	Santo Antônio da Alegria	738/2015	01/12/2016	19/01/17	21/03/2017	aprovado	Lei 16.430/2017
246	Santo Antônio de Posse	128/2018	15/05/2018	12/03/2020	28/04/20 virtual	reprovado	-
70	Santo Antônio do Aracanguá	714/2015	27/06/2017	11/10/17	19/10/2017	reprovado	-
	Santo Antônio do Aracanguá	714/2015	01/12/2017	15/03/2018	22/03/2018	reprovado	-
	Santo Antônio do Aracanguá	714/2015 106/2019	12/07/2018	28/04/20 virtual	15/10/2020	devolvido	-
27	Santo Expedito	917/2016	04/12/2016	02/02/17	21/03/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
275	Santópolis do Aguapeí	342/2018	18/07/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
134	São Bernardo do Campo	858/2017	13/11/2017	22/02/18	28/02/2018	devolvido	-

	São Bernardo do Campo	858/2017	16/04/2018	14/06/2018	05/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
191	São João da Boa Vista	1168/2017	12/03/2017	12/07/18	19/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
206	São João das Duas Pontes	27/2018	26/03/2018	02/08/2018	09/08/2018	reprovado	-
139	São José do Rio Pardo	921/2016	24/11/2017	28/02/18	02/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
226	São José do Rio Preto	440/2017 102/2019	16/04/2018	27/02/2020	23/112020	aprovado	
140	São Lourenço da Serra	84/2017	24/11/2017	28/02/2018	02/02/2018	reprovado	-
183	São Manuel	11/2017	28/02/2018	05/07/2018	19/07/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
121	São Miguel Arcanjo	410/2017	24/10/2017	11/01/2018	18/01/2018	aprovado	Lei 16720/2018
247	São Sebastião da Grama	79/2018	15/05/2018	12/03/2020	28/04/20 virtual	reprovado	-
52	São Simão	722/2015	11/04/2017	28/09/2017	19/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
111	Sarapuí	914/2016	28/09/2017	13/12/17	18/01/2018	reprovado	-
142	Serrana	513/2017	27/11/2017	28/02/18	02/02/2018	reprovado	-
	Serrana	513/2017	13/09/2018	10/03/2020	12/03/2020	reprovado	-
104	Sertãozinho	1143/2015	12/09/2017	12/12/17	13/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
128	Sete Barras	732/2015	08/11/2017	01/02/18	15/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
254	Silveiras	1159/2017	05/06/2018	12/03/2020	28/04/20 virtual	reprovado	-
260	Sorocaba	278/2018	15/06/2018	27/02/2020	27/02/2020	devolvido	-
76	Sud Mennucci	707/2015	11/07/2017	24/10/17	01/11/2017	devolvido	-
	Sud Mennucci	707/2015	07/12/2017	13/12/2017	13/12/2017	aprovado	Lei 16720/2018
195	Sumaré	475/2017	13/03/2018	19/07/18	26/07/2018	devolvido	-
96	Suzano	419/2016	30/08/2017	07/12/20	12/12/2017	devolvido	-

	Suzano	419/2016	23/02/2018	20/04/18	14/06/2018	devolvido	-
	Suzano	419/2016	30/11/2018	04/02/20	05/03/2020	aprovado	
264	Suzanópolis	197/2018	22/06/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
242	Tabapuã	80/2018	04/05/2018	10/03/2020	12/03/2020	reprovado	-
57	Tabatinga	766/2015	27/04/2017	05/10/17	11/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
273	Taciba	374/2018	12/07/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
276	Taciba	402/2018	18/07/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
63	Tambaú	698/2015	19/05/2017	05/10/17	11/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
9	Tapiraí	1524/2015	07/06/2016	21/07/16	30/10/2016	aprovado	Lei 16.429/2017
126	Taquaritinga	512/2017	31/10/2017	22/02/18	28/02/2018	devolvido	-
	Taquaritinga	512/2017	23/04/2018	21/06/18	28/06/2018	devolvido	-
	Taquaritinga	512/2017	21/02/2019	29/01/2020	06/02/2020	aprovado	
202	Taquaritinga	523/2017	20/03/2018	26/07/18	02/08/2018	devolvido	-
227	Tarumã	127/2018 380/2019	16/04/2018 20/12/2019	05/03/2020	10/03/2020	reprovado	-
3	Tatuí	756/2015	08/03/2016	07/07/16	20/07/2016	aprovado	Lei 16.429/2017
285	Taubaté	440/2018	17/08/2018	25/04/20 virtual	22/07/20 virtual	aprovado	
228	Teodoro Sampaio	101/2018	16/04/2018	05/03/2020	10/03/2020	reprovado	-
314	Teodoro Sampaio	216/2019	06/11/2019	27/02/2020	27/02/2020	oficio devolvendo	-
122	Timburi	927/2015	24/10/2017	18/01/20	01/02/2018	devolvido	-

	Timburi	927/2015	20/03/2018	26/04/18	17/05/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
90	Torrinha	262/2017	15/08/2017	16/11/17	24/11/2017	aprovado	Lei 16720/2018
123	Três Fronteiras	834/2017	24/10/2017	18/01/20	01/02/2018	devolvido	-
	Três Fronteiras	834/2017	23/04/2018	14/06/2018	21/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
143	Três Fronteiras	717/2015	27/11/2017	18/01/18	01/02/2018	devolvido	-
	Três Fronteiras	717/2015	28/05/2018	14/06/2018	21/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
124	Ubarana	564/2017	24/10/2017	18/01/2018	15/02/2018	aprovado	Lei 16720/2018
53	Uchoa	752/2015	11/04/2017	28/09/2017	05/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
265	Urânia	291/2018	22/06/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	devolvido	-
317	Uru	901/2019	06/11/2019	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
229	Urupês	1190/2017	16/04/2018	27/02/2020	05/03/2020	reprovado	-
		1190/2017 99/2019	24/11/2020	11/12/20	14/12/2020	reprovado	-
82	Valentim Gentil	463/2017	17/07/2017	24/10/17	01/11/2017	devolvido	-
	Valentim Gentil	463/2017	12/03/2018	26/04/18	17/05/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
292	Vargem Grande do Sul	455/2018	13/09/2018	28/04/20 virtual	15/10/2020	aprovado	
297	Vargem Grande Paulista	380/2017	30/11/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-
203	Vinhedo	05/2018	22/03/2018	26/07/18	02/08/2018	devolvido	-
168	Votorantim	1001/2017	14/12/2017	21/06/19	28/06/2018	aprovado	Lei 16.938/2019
58	Votuporanga	896/2016	02/05/2017	05/10/17	11/10/2017	aprovado	Lei 16.566/2017
266	Zacarias	713/2015	22/06/2018	28/04/20 virtual	28/04/20 virtual	reprovado	-